

A ANDROFOBIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE ANDROFOBIA IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Messias Pereira Araujo¹
Care Cristiane Hammes²

Resumo

O presente estudo objetivou constatar a existência do preconceito sofrido por homens que atuam na educação infantil, bem como esclarecer a gênese desse comportamento humano, com base na análise e interpretação de dados e informações coletadas no decorrer da pesquisa. A pesquisa se justifica por investigar a procedência desse preconceito que atinge a educação infantil, para que então se busquem soluções que amenizem esse fenômeno social. Busca-se descobrir e conhecer quais os motivos que levam a tal comportamento que permeia a sociedade. A pesquisa apresentou abordagem qualitativa, depoimentos de pais e responsáveis no momento em que deixavam seus filhos aos cuidados da figura masculina no ambiente educativo. Além disso, foram realizadas entrevistas abertas com docentes do sexo masculino que atuam ou atuaram em diferentes instituições. Os indivíduos em questão trabalham na rede municipal de ensino, mais precisamente nos CIEIs (Centro Integrado de Educação Infantil) no município de Maracaju/MS onde atuam como professores graduados em Pedagogia ou assistentes pedagógicos. O referencial teórico teve como foco, a pesquisa sobre a atuação masculina na educação de crianças ao longo da história, bem como o possível preconceito sofrido. A pesquisa apresentou como base de interlocução, autores como Sayão (2000), Oriani (1999), Sarat (2001), Almeida (2002), entre outros. Os principais resultados mostram que o preconceito em relação a atuação masculina na educação infantil, ficou evidenciado em todas as entrevistas realizadas. Os três docentes entrevistados afirmaram ter sofrido preconceito ao serem proibidos pelos pais de tocar ou dar banho nas crianças, ou ainda quando são considerados incapazes de cuidar de uma criança. Evidenciando ainda que essas instituições não são locais de trabalho apropriadas para homens, ou ainda por entenderem que um homem mesmo tendo formação, não consegue cuidar de crianças da mesma maneira como uma mulher. Os limites encontrados referem-se a carência de produções bibliográficas referentes ao tema da pesquisa. A pesquisa demonstrou que é essencial realizar palestras/projetos com a sociedade em geral, mostrando a ela que, a educação infantil tem muito a ganhar com a atuação masculina, afinal, as crianças não dependem somente dos cuidados maternos, mas também da atenção de profissionais preocupados com os seus cuidados e sua aprendizagem efetiva.

Palavras-chave: Educação infantil. Homem. Preconceito.

¹ Graduando do curso de Pedagogia oferecido pela UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Unidade Universitária de Maracaju/MS. m_pereiraaraujo@hotmail.com.

² Doutoranda em educação na UFMS. Mestre em educação pela UNISINOS/RS. Professora do curso de Pedagogia, Geografia, Turismo da UEMS. carehammes@gmail.com

Abstract

This study aimed to establish the existence of bias suffered by men working in early childhood education, and to clarify the genesis of human behavior, based on analysis and interpretation of data and information collected during the research. The research is warranted to investigate the origin of this prejudgement that reaches the early childhood school, so that solutions be studied to mitigate this social phenomenon. The objective is to discover and know the reasons that lead to exclusionary behavior that permeates society. The survey presented a qualitative approach, testimonials from parents and guardians when they left their children in the care of the male figure in the educational environment. In addition, open interviews were conducted with male teachers who act or have acted in different institutions. The individuals in question work in the municipal school system, more precisely in CIEIs (Centro Integrado de Educação Infantil) in the town of Maracaju / MS where they act as graduate teachers in pedagogy or teaching assistants. The theoretical focused on the research into male performance in the education of children throughout history, as well as the possible prejudgement suffered. The research used as a basis for dialogue, Sayão (2000), Oriani (1999), Sarat (2001), Almeida (2002), among others. The main results show that the bias against male performance in early childhood education, evidenced in all interviews. The three teachers interviewed said they had suffered prejudgement by being banned by parents touching or bathe the children, or even if they are deemed unable to care for a child. Showing also that these institutions are not appropriate for working men, or because they understand that a man with training can not take care of children the same way as a woman. The limits refer to found a lack of bibliographic production on the subject of research. Research has shown that it is essential to conduct lectures / projects with society in general, showing her that, early childhood education has much to gain from the male performance, after all, children depend not only on maternal care, but also the attention of professionals concerned about their care and their effective learning.

Keywords: Early Childhood Education. Man Prejudgement.

Introdução

O eixo central dessa pesquisa gira em torno da atuação masculina em salas de educação infantil e, o olhar da sociedade em relação a esta atuação. O presente estudo teve o objetivo de constatar a existência do preconceito sofrido por homens que atuam na educação infantil, bem como esclarecer a gênese desse comportamento humano, com base na análise e interpretação de dados e informações coletadas no decorrer dessa pesquisa.

Para essa análise buscou-se embasamento teórico, conversações informais com pais e responsáveis no momento em que se deparam com a possibilidade de deixar seus filhos aos cuidados da figura masculina no ambiente educativo. Ainda, entrevistas com docentes do sexo masculino, com pais e ainda o olhar de pessoas do sexo feminino atuantes nesse contexto, bem como, o olhar de um sujeito a margem desse contexto.

Os indivíduos citados trabalham na rede municipal de ensino, mais precisamente nos CIEIs (Centro Integrado de Educação Infantil) no município de Maracaju/MS, onde atuam como professores graduados em Pedagogia ou assistentes pedagógicos.

Diante do relato feito por alguns professores e assistentes pedagógicos acerca do preconceito sofrido pelos mesmos, e também declarações de alguns pais que dizem

não permitir que seu filho (a) fique aos cuidados de um homem, buscou-se descobrir se esse preconceito realmente existe e conhecer quais os motivos que levam a tal comportamento preconceituoso e excludente que permeia a sociedade. A importância da pesquisa se justifica por investigar a procedência deste preconceito que atinge a educação infantil, para que então se busque soluções que talvez não extirpem, mas ao menos amenizem esse fenômeno social.

O referencial teórico teve como foco, a pesquisa sobre a atuação masculina na educação de crianças ao longo da história bem como o possível preconceito sofrido por indivíduos do sexo masculino que atuam como educadores de crianças. Apresentou como base de interlocução, autores como Sayão (2000), Oriani (1999), Sarat (2001), Almeida (2002), entre outros.

1 Fundamentação teórica

Raramente são encontrados homens em cursos de Pedagogia com habilitação em educação infantil e séries iniciais. Mais incomum ainda é encontrá-los lecionando para séries iniciais e principalmente na educação infantil. A raridade de indivíduos do sexo masculino em cursos de Pedagogia pode ser observada em levantamento realizado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Segundo dados coletados, no curso de Pedagogia oferecido pela Universidade na unidade universitária de Maracajú/MS, entre os anos de 2002 e 2010 foram duzentos e trinta e seis egressos, porém, desse total apenas dez vírgula dezesseis por cento eram do sexo masculino. Ou seja, apenas vinte e quatro indivíduos eram homens.

A presença de homens fica ainda mais escassa quando se parte para dados da secretaria municipal de ensino do município, onde foi constatada a presença de apenas um pedagogo atuando na educação infantil como diretor em um Centro Integrado de Educação Infantil. A partir desses dados surgiram inúmeras questões, na tentativa de compreender tal fenômeno.

Estará essa ausência ligada ao receio ou ao medo em relação à pedofilia, ao homossexualismo, a visão de que ensinar e cuidar de crianças é uma tarefa exclusivamente feminina ou simplesmente questiona-se se a educação de crianças realmente necessita de homens ou para eles existem outras profissões. Esses e outros questionamentos permeiam o eixo central dessa pesquisa e também produzem reflexões sobre como vem sendo tratada a atuação de professores do sexo masculino nos centros de educação infantil.

Ao traçar-se uma pequena linha do tempo, pode-se observar certas mudanças acontecidas na história da educação, onde aparecem, em um primeiro momento como educadores, apenas os homens.

De acordo com Ferreira (2008, p.78) “por mais de dois séculos os membros da Companhia de Jesus investiram na educação das crianças [...]” e ainda diz que, “O magistério era de fato, uma profissão de homem e para homem.”

Somente em meados do século XVIII, é que os homens deixam a função de educador para as mulheres. Para Faria ([s.d]. p. 3):

Tendo em vista que, uma vez que as mulheres não podiam freqüentar a escola, elas não recebiam formação para se tornarem professoras, mas como os homens foram atraídos em meados do século XVIII por outras profissões, e em meio a muitas mudanças sociais as mulheres chegaram a escola, primeiro como alunas e depois como professoras.

Outra situação que leva ao questionamento de o porquê da sociedade ser tão preconceituosa em relação aos educadores infantis é o fato de que, há 74 anos, mais precisamente no período anterior a 1937, a mulher sequer tinha direito a voto, pois quem atuava na política eram os homens, em sua grande maioria.

Porém, esse contexto vem se alterando e em países como Brasil, Argentina, Alemanha e outros, as mulheres vêm ocupando papéis de destaque, tornando-se até mesmo chefes de estado. No entanto, a sociedade não faz nenhuma objeção e aceita com naturalidade o fato de que as mulheres são tão capazes de administrar um país, Estado ou Município quanto um homem.

Esta situação demonstra que é possível repensar o pressuposto de que, somente as mulheres encontram-se preparadas ou que somente elas são capazes de atuarem na educação de crianças de zero a três anos. Para Sayão ([S.d], p. 2):

A polêmica do trabalho docente masculino em creches se inscreve desta maneira porque historicamente, os cuidados, e eu incluo também a educação das crianças pequenas vem sendo, em grande parte das culturas, uma atribuição do universo feminino carregando assim, as marcas culturais da maternagem, ou seja, as marcas culturais do feminino.

Pode-se observar que a maior dificuldade é social, pois esse preconceito traz consigo as marcas culturais da maternagem. O preconceito ainda é grande em relação aos homens que se dedicam ao trabalho com crianças pequenas. Além de, enfrentarem o fato de que cuidar de crianças seja uma função específica da mulher, na maioria das vezes, ainda tem colocado sob suspeita a sua orientação sexual ou sofrem com represálias por parte de alguns pais, receosos de que seus filhos, em especial meninas, sofram algum tipo de abuso.

O filme “A creche do papai” demonstra como a sociedade reage diante de uma situação em que deverá deixar o filho (a) aos cuidados de um homem. Revela ainda várias opiniões sobre o assunto, onde se pode notar o preconceito que alguns membros da sociedade possuem contra o homem que se propõe a educar e cuidar de crianças. Na perspectiva de alguns personagens do filme: não é normal homem cuidar de crianças. Outros dizem aceitar um homem, porém uma creche só com professores homens é demais.

Talvez porque as pessoas considerem que um homem não seja capaz de dar banho, trocar fraldas, dar comida, fazer dormir, entre outras atribuições exigidas quando se trata dos cuidados oferecidos a uma criança.

O filme ainda revela que a sociedade estabeleceu a concepção de que o trabalho na creche deve ser realizado somente por mulheres e não por homens. Ainda destaca que a mesma não vê com bons olhos o fato de um homem ser professor, mas que buscou essa alternativa por não ter tido sucesso na vida profissional. Destaca que os homens não são tão cuidadosos quanto às mulheres. Além disso, se mulheres podem banhar um menino, porque um homem não pode banhar uma menina. Ainda existe outro aspecto que também afasta os homens da Educação Infantil, que é a baixa remuneração. Com o salário que recebe um educador do nível infantil, seria difícil sustentar uma família. Não bastasse isso, o homem ainda é discriminado pela sociedade e em alguns casos até mesmo pelas próprias companheiras de trabalho. Para Vianna *apud* Mandelli (2010, p. 1):

A idéia de que não é natural trocar fralda foi socialmente construída baseada em uma grande discriminação. É como se o homem, necessariamente, não fosse capaz de cuidar de um bebê, podendo derrubá-lo no chão a qualquer momento.

Esta idéia discrimina não só o homem enquanto educador, mas também enquanto pai, pois grande parte dos homens divide os cuidados de filhos pequenos com suas esposas e cumprem essa tarefa muito bem. Porém, a sociedade considera que se ele não é capaz de cuidar do próprio filho vai saber cuidar de crianças que nem conhece direito. Mas esse entendimento pode ser um tanto quanto equivocado, pois, segundo Oriani (2011, p. 8):

A Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, representa os primeiros passos da criança para a convivência com o outro e, apesar dos cuidados necessários devido a pouca idade das crianças as escolhas do/a professor/a devem ser pautadas na reflexão de sua atuação e, não na passividade e nos cuidados.

O que significa que não importa se o educador/a escolhido/a para atuar em uma sala de educação infantil, é do sexo feminino e possui instinto materno ou masculino, mas sim a sua atuação profissional. Muitas SME (Secretarias Municipais de Educação) têm oferecido vagas para a lotação de assistentes e professores em “creches”, e isto tem suscitado polêmica por parte das famílias que dependem das mesmas.

Enquanto a sociedade considera que, o indivíduo que encontra-se mais preparado para assumir uma sala de educação infantil seja uma mulher, Assis (2000, p.3) destaca que

Em primeiro lugar, deveriam ser homens e mulheres. A discriminação que o sexo masculino sofre na área é um grande absurdo. Essa é uma fase da vida na qual a figura do homem é indispensável, principalmente pela ausência crescente do pai nas famílias. Com ou sem essa discriminação, os professores devem sempre tratar as crianças com afeto e rigor, impondo limites e abrindo horizontes. Eles têm de saber acolher, ouvir com interesse, apoiar e estimular os pequenos, levando-os a patamares mais elevados do conhecimento. Além disso, os educadores precisam ser muito curiosos e disciplinados. Por fim, é fundamental gostar das crianças, de estudar e de viver.

Percebe-se que, para a autora os professores de educação infantil deveriam ser homens e mulheres, e ainda ressalta que é um absurdo a discriminação sofrida pelos professores do sexo masculino. As Leis que regulamentam a educação básica e a educação infantil no Brasil, também não fazem referência sobre quem deve ser esse profissional. Ou seja, não indicam se tal educador necessita ser do sexo feminino ou masculino. Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) (1996), que é considerada a carta magna da educação brasileira, a formação do professor de educação infantil deverá ser no mínimo em nível de magistério, entretanto não faz nenhuma alusão se o mesmo deverá ser do sexo feminino ou masculino.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro

primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (LDB, 1996, p. 20)

Dois anos após a aprovação da LDB 9394/96, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) lança o RCNEI (Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil), que tem por finalidade reger a educação infantil. Considerado como parte integrante de alguns documentos que regulamentam a educação, o RCNEI, assim como a LDB não faz nenhuma alusão sobre quem deve ser o educador infantil, ou seja, não determina se esse profissional necessita ser um homem ou uma mulher.

De acordo com Brasil (1998, p. 41): “Em consonância com a LDB, este Referencial utiliza a denominação “professor de educação infantil” para designar todos os/as profissionais responsáveis pela educação direta das crianças de zero a seis anos, tenham eles/elas uma formação especializada ou não.”

Como pode se observar, nem mesmo a Lei responsável por regulamentar a educação nacional, recomenda sobre quem deve ser o educador infantil. O Brasil (RCNEI) vai além, e apresenta como professores de educação infantil, todos os/as profissionais responsáveis por essa etapa da educação.

Voltando a criação das primeiras “creches”, pode-se notar que ela está diretamente vinculada à figura feminina, como explicita Tabagiba (2008, p. 9):

As características historicamente assumidas pelo quadro de pessoal que atua nas instituições de educação infantil demonstram o quanto este atendimento não foi pensado, desde o início, numa perspectiva “profissional”: as primeiras experiências eram similares a organização doméstica – era como se uma mãe, pudesse ser responsável pela criação de muitas crianças cujas mães estivessem ausentes. Desta forma, duas ou três pessoas do sexo feminino cuidavam de x crianças, em locais improvisados, devendo zelar pela limpeza do local, preparar a alimentação, atender as variadas demandas surgidas (como atendimento ao público interessado no serviço), além do atendimento efetivo às crianças atendidas.

Conforme a afirmação de Tabagiba (2008, p. 9) pode-se compreender a educação infantil, especificamente a “creche”, como local de atendimentos maternos, algo que jamais poderia ser deixado a cargo de um homem.

Embora as instituições de ensino para crianças tenham sido vinculadas diretamente a figura feminina, foi um homem o responsável pela criação do primeiro jardim de infância. De acordo com Almeida (2002, p. 6)

No século XIX destacamos a figura de Friedrich Fröbel (1782 – 1852), educador protestante alemão que desenvolveu suas teorias arraigadas em pressupostos idealistas inspiradas no amor à criança e à natureza. Foi notadamente reconhecido pela criação dos “*Kindergartens*” (jardins de infância), nos quais destacava ser importante cultivar as almas infantis e para isso o fundamental era a atividade infantil.

Percebe-se que além de desenvolver suas teorias a partir de pressupostos idealistas inspiradas no amor à criança, Froebel (1782 – 1852) também foi notadamente reconhecido pela criação dos jardins de infância. O que demonstra que a educação infantil não deve ser feminilizada, excluindo os homens de participarem dessa etapa da educação.

2 A presença masculina como docente na história da Educação Infantil

Grande parte da sociedade entende que, quem está mais preparado para ser o educador de seus filhos no período da educação infantil, são somente as mulheres e que, apenas elas encontram-se preparadas para atuarem como professoras de crianças com idade de zero a três anos, devido ao seu instinto maternal. Porém, quando rebusca-se na história da educação na infância, tem-se como principais teóricos a se preocuparem com essa etapa da educação, na maioria homens. Essas preocupações começam a surgir no início do século XVII. Almeida (2002, p. 2), evidencia que “foi no início do século XVII que surgiram as primeiras preocupações com a educação das crianças pequenas.”

Almeida (2002, p. 2), ressalta que foi Campanella (1568-1639) o primeiro a tratar da questão da educação infantil em sua obra “Cidade do Sol”, e partir de então, surgiram as primeiras preocupações acerca da educação infantil.

Campanella (1568-1639), em sua obra “*Cidade do Sol*”, criticou o ensino servil da gramática e da lógica aristotélica e ressaltou a importância das crianças aprenderem ciências, geografia, os costumes e as histórias pintadas nas paredes das cidades, “*sem enfado, brincando*”. Podemos constatar que Campanella já demonstrava uma preocupação com a educação da criança pequena e, desde então, podemos verificar, surgiram as primeiras propostas educativas contemplando a educação da criança de 0 a 6 anos.

Como pode-se notar, foi a partir da proposta de Campanella (1568-1639) que iniciaram as primeiras propostas educativas voltadas a educação na infância. Desde então, vários teóricos como Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Decroly, Vigotsky e Piaget, elaboraram vários estudos nos quais também contemplaram a educação infantil, em face de raros e escassos trabalhos femininos.

Em uma breve análise histórica pode se perceber a presença de homens dedicando-se em construir maneiras de cuidar e educar a criança. Como pode ser observado, essa dedicação não foi exclusividade de apenas um homem, mas de vários, como já citado anteriormente.

Alguns teóricos que desenvolveram seus planos para a educação, acabaram por incluir nesses planos a questão da educação na infância. Dentre eles destaca-se João Amós Comênio (1592 – 1657), que é considerado um dos maiores educadores da história da educação, em sua obra “*Didática Magna*”. Almeida (2002, p. 4-5) relata que Comênio:

Organizou a sua didática em quatro períodos considerando os anos de desenvolvimento, quais sejam: a infância, puerícia, adolescência e juventude, sendo que cada um desses períodos durava seis anos. Ao lermos o plano da escola materna, podemos constatar que ele foi elaborado atribuindo aos pais uma tarefa educativa de muita responsabilidade, pois cabia-lhes a responsabilidade pela educação da criança antes dos sete anos.

Enquanto Comênio (1592 – 1657) foi considerado um dos maiores educadores da história, Rousseau (1712 - 1772) apesar de não ter sido educador, é considerado um dos indivíduos mais importantes na história da Pedagogia. Em sua obra *Emílio* (1762), faz duras críticas à sociedade de sua época, quanto aos cuidados despendidos a suas crianças.

Em sua obra, o filósofo traz um capítulo voltado à educação de crianças de zero a dois anos, e quanto aos cuidados que as mesmas deveriam receber. Para Rousseau *apud* Cerizara (1998, p.107):

Mas que as mães se dêem ao trabalho de amamentar seus filhos, e os costumes se reformarão por si próprio, os sentimentos da natureza despertarão em todos os corações; o Estado se repovoará. Assim, da correção desses ultimo abuso resultaria em breve uma reforma geral, logo a natureza readquiriria todos os seus direitos e as mulheres voltarem a ser mães, logo os homens voltarão a ser pais e maridos.

Rousseau (1712 – 1772) chamava a atenção para o tratamento oferecido as crianças, ou a falta de tratamento específico, além de dizer como o professor deveria se portar em relação ao aluno, com atenção especial a educação na infância.

Além de suas contribuições para a educação, Rousseau também serviu de inspiração para outro teórico que foi Pestalozzi (1746-1827). “O mesmo procurava unir o homem a sua realidade histórica”, ao contrário de seu antecessor. Seu sistema tinha como base, propiciar à criança a aquisição dos primeiros elementos do saber, de forma natural e intuitiva (ALMEIDA, 2002, p. 5).

Ainda no que se refere à preocupação com a educação das crianças, Almeida (2002, p. 5) afirma que:

Há que se destacar, também, que seu projeto educativo tinha a “intuição” como fundamento básico para se atingir o conhecimento. Assim sendo, a educação se fundamenta na “arte de conduzir as crianças de intuições superficiais e fragmentárias a intuições sempre mais claras e distintas.

Ou seja, para Pestalozzi (1746 – 1827) a educação deveria estar sempre fundamentada em levar a criança de conhecimentos superficiais a conhecimentos mais intensos.

Outro teórico que demonstrou preocupação com a educação na infância foi Friedrich Fröbel (1782 – 1852). Considerado um clássico da primeira infância, teve seu contato com a educação atuando como professor em uma escola cujo sistema estava fundamentado nas ideias de Pestalozzi.

Criador dos jardins da infância, Froebel (1782 – 1852) considerava o início da infância como uma fase de importância decisiva na formação humana e que, portanto, mereceria cuidados. Para ele, a percepção era o ponto de partida da educação da primeira infância, que deveria ser preferencialmente de responsabilidade das mulheres.

Apesar de ter tido uma preocupação especial com as crianças e de ter criado os jardins de infância, Froebel (1782 – 1852) pode ser o responsável por desencadear o movimento que levou a sociedade a recusar os homens como professores de educação infantil, ao afirmar que apenas as mulheres estariam preparadas para tal função.

No final do século XIX e início do século XX quando as escolas laicas marcaram a ruptura do domínio da Igreja sobre a educação, e é nesse contexto que surge Ovide Decroly (1871 – 1932). Decroly (1871 – 1932) iniciou suas atividades educativas com crianças consideradas anormais e sua proposta de trabalho estava ligada as atividades individuais e coletivas da criança (ALMEIDA 2002).

O método de Decroly possuía um destino especial aos alunos das classes primárias; os conhecimentos e interesses infantis também apareciam associados ao seu método. Para o teórico a criança deveria ser criança e não um adulto em miniatura.

Também modificou o modo de aprender e de ensinar, ajustando a psicologia da criança e em momento algum, deixou de desconsiderar aquilo que a escola deve ensinar aos pequenos. Para Nascimento e Moraes (1998, p. 1)

O programa de Decroly apresentava idéias associadas: conhecimento pela criança, as suas necessidades de alimentação, de defender-se contra perigos e diversos acidentes, de agir e trabalhar com solidariedade, de ter alegria de espírito. O conhecimento do meio viria para satisfazer as necessidades apontadas acima.

Em outras palavras, o teórico mesmo sendo homem e, não possuindo instinto materno, mostrou preocupações em relação às crianças e suas necessidades, deixando assim grande contribuição para a educação de crianças pequenas.

3 Metodologia

A referida pesquisa apresentou como método de abordagem a perspectiva qualitativa, pois dá ênfase a vida das pessoas, ou seja, o processo de pesquisa é mais importante que o produto final. Destaca que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos, valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado. De acordo com Ludke e André (1986, p.11) a pesquisa qualitativa:

[...] tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. [...] a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo.

A luz dessas premissas o estudo caracterizou-se como uma pesquisa de campo. Para Marconi e Lakatos (1991, p. 186):

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Nessa pesquisa, o pesquisador manteve contato direto com o fenômeno social pesquisado, por meio de observações in loco e entrevistas. Para Lüdke e André (1986), uma das vantagens de empregar a técnica de observação é que se tem a possibilidade de manter um contato pessoal entre o pesquisador e o objeto de investigação, possibilitando assim que se acompanhe as experiências do dia a dia dos sujeitos.

As entrevistas foram realizadas de forma individual com características desestruturada ou não padronizada, a qual consiste em uma conversação com perguntas abertas onde o pesquisador não direciona as respostas e o informante tem total liberdade para apresentar suas opiniões. (MARCONI; LAKATOS, 1991, p. 85).

A entrevista com educadores e colegas de serviço dos mesmos foi realizada no próprio local de trabalho dos entrevistados, quando se tratou de pais e/ou responsáveis e

demais membros da sociedade a entrevista ocorreu em suas respectivas residências. Para Marconi e Lakatos (2009, p. 84):

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Ainda em relação a entrevista, Marconi e Lakatos (2009, p. 94) ressaltam que com o uso dessa técnica “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de explorar mais amplamente uma questão”.

Foram entrevistados três docentes do sexo masculino, a fim de investigar se algum deles já havia sofrido alguma forma de preconceito por atuar na educação infantil, uma assistente pedagógica para averiguar se ela possui algum tipo de preconceito em relação a um homem atuar na educação infantil, uma mãe para saber como ela reagiria ao saber que seu filho (a) iria ficar sob os cuidados de um homem e um membro da sociedade com a finalidade de saber como ela vê a atuação masculina na creche.

Para os docentes utilizou-se o pseudônimo sujeito “A”(2011), sujeito “B”(2011) e sujeito “C”(2011), para a assistente pedagógica sujeito “D”(2011), para a mãe sujeito “E”(2011) e para o membro da sociedade sujeito “F”(2011). Para a realização das entrevistas foram convidados aqueles sujeitos que possuem um contato direto com o fenômeno investigado.

Os docentes trabalham ou trabalharam em instituições de educação infantil, a assistente escolhida também atua na educação infantil e tem como colega de serviço um homem. Já a mãe foi escolhida por ter filhos em uma instituição onde há um homem atuando como assistente e o membro da sociedade foi selecionado a fim de verificar se esse olhar em relação à atuação masculina na educação infantil também paira sobre outros setores da sociedade.

Para a investigação da temática, buscou-se primeiramente o embasamento teórico em alguns autores que abordam o tema, em um segundo momento, foram realizadas as entrevistas. Em seguida foram realizadas a descrição e interpretação das mesmas. Após essas etapas partiu-se então para a confrontação entre o as informações coletadas nas entrevistas e o referencial teórico.

A pesquisa teve como objetivo investigar a existência do preconceito em relação à atuação de indivíduos do sexo masculino nas instituições de educação infantil. A problemática é a investigação sobre quais as variáveis que podem provocar esse fenômeno social.

4 Análise e discussão dos resultados

Quando inicia-se uma nova turma do curso de Pedagogia, percebe-se em geral uma pequena presença masculina. Além disso, acadêmicos do sexo masculino evidenciam que estão na Pedagogia por falta de opção de outros cursos, também pela facilidade de conquistar uma vaga no mercado de trabalho, pela influência de algum familiar, entre outros. Porém, são raros os que dizem terem escolhido o curso de

pedagogia por afinidade e não por falta de opção. De acordo com Silva e Silva ([S.d], p.2)

[...] apresentaram nas suas colocações a influência da família, a baixa concorrência para passar no vestibular, falta de opção, obtenção do diploma de nível superior; outras revelaram o interesse pelo curso devido a amplas e boas oportunidades no campo de trabalho principalmente com relação à educação infantil; [...].

Em entrevista realizada para obtenção de dados para esta pesquisa, o professor “A” (2011), disse que iniciou o curso de pedagogia por falta de opção, como a Universidade só oferecia os cursos de Pedagogia e Matemática, e ele não gostava de Matemática, e optou então por cursar Pedagogia.

A pesquisa também fez um levantamento na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade universitária de Maracaju, e constatou que o número de egressos do sexo masculino é inferior ao de egressos do sexo feminino. Desde o ano de 2002, quando iniciou o curso de Pedagogia na unidade, até o ano de 2010 quando formou a última turma do curso, foram duzentos e trinta e seis egressos, e desses apenas vinte e quatro eram homens. (UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE MARACAJU/UEMS, 2011).

Esse levantamento mostra que é muito pequeno o número de homens que ingressam no curso de Pedagogia na UEMS em Maracaju. Ainda pode ser confirmado na entrevista concedida pelo sujeito “A” (2011), onde o mesmo afirma que “Tinha eu e tinha mais cinco rapazes lá”.

A pesquisa ainda constatou que o número de homens que atuam na educação de crianças é significativamente inferior ao de mulheres. Essa afirmação pode ser confirmada na fala do sujeito “A” (2011), “[...] aqui na cidade eu sou o único professor é, é concursado, no caso de educação infantil, professor do sexo masculino, sou eu o resto é tudo mulher, [...]”.

A secretaria municipal de educação do município de Maracaju, até tem oferecido vagas de assistentes ou de professores para a educação infantil, porém ainda é muito pequena a atuação masculina em creches.

Essa situação não é uma exclusividade do município de Maracaju, também pode ser constatada em outras regiões do país, de acordo com Sarat e Campos ([S.d], p. 2) “o trabalho docente desenvolvido nas instituições de Educação Infantil tem um histórico de ser eminentemente feminino, e a incidência de pessoas do sexo masculino em tais atividades é muito pequena chegando a ser quase inexistente no país”.

De acordo com o sujeito “B” (2011) a maioria de seus colegas foram readaptados. Na entrevista ele afirma “é que eu sou um dos únicos homens que trabalham em creches, a maioria dos outros foram mandados para outros cargos”. Essa é outra situação que não ocorre somente em Maracaju. De acordo com Sarat e Campos (S.d, p. 3):

No município de Dourado/MS, local do projeto, a situação não é diferente, a prefeitura fez concurso e as pessoas concursadas, do sexo masculino, que foram enviadas ao trabalho com crianças às instituições de Educação Infantil, tinham sua atuação restrita a atividades que não atingiam diretamente a criança. Por exemplo, ajudante de cozinha, guarda, faxineiro; os homens não poderiam dar banho, trocar roupa, colocar para dormir os bebês ou as crianças pequenas.

Ainda de acordo com Sarat e Campos (S.d, p. 3) esse fato ocorrido no município de Dourados só “aconteceu a pedido dos pais da comunidade”, pois os mesmos não aceitam um contato mais direto do homem com a criança, o que ocorre também nos CIEIs de Maracaju.

Na fala do sujeito “A” (2011) fica evidente a desaprovação dos pais. Ele afirma que “a gente vê que geralmente que vem as mães aqui, e ah! Eu não quero que ele dá banho na minha filha, não quero que a minha filha fica sozinha com ele”. Essa desaprovação é confirmada na fala do sujeito “B” (2011) quando diz que “de vez em quando a gente ouve uns pais falar assim, ah eu não quero que ele dê banho na minha filha, ah eu não quero que ele dê banho no meu filho” e também na fala do sujeito “D” (2011) que é mãe, ela afirma “eu tenho medo de deixar minha filha com um homem sozinho. Essas situações deixam evidente que um dos maiores motivos da ausência masculina nos CIEIs, é a reprovação dos pais em relação à atuação desses sujeitos na educação infantil.

O que pode notado em algumas entrevistas é a visão de que a creche é uma instituição onde apenas mulheres deveriam trabalhar. Por essa razão é vista com estranheza a presença de homens atuando como educadores ou assistentes pedagógicos.

Essa ideia de que cuidar de crianças é função de mulher foi um dos principais motivos pelo preconceito sofrido pelo sujeito “A” (2011) e pode ser percebido quando ele afirma, “eu sofri preconceito já como professor de educação infantil, depois de formado, nas escolas, porque é um, a educação infantil é um ambiente considerado exclusivamente feminino”.

A afirmação de que a creche é um universo exclusivamente feminino também foi citada em outras entrevistas. Ao questionar o sujeito “E” (2011) se aceitaria com naturalidade o fato de seu filho estar sob os cuidados de um homem na creche, ela responde “No meu modo de ver, cuidar de crianças é coisa de mulher [...] “creche não é lugar de homem, sei lá, mas é estranho, nem o meu marido dá banho nas minhas crianças”.

O sujeito “D” (2011) também afirma que a educação infantil não é lugar para homens “Não consigo ver os homens na educação infantil, dando aula em terceira ou quarta séries talvez, com crianças pequenas não. É estranho homem na educação infantil, não é lugar para vocês”. O sujeito “F” (2011) embora reconheça que “não é de todo descabida a presença masculina na creche, diz que é perturbador ver um homem mantendo contato direto com as crianças”.

As falas desses sujeitos demonstram que em todos os seguimentos, seja docentes, pais, funcionárias de CIEIs ou de um sujeito a margem desse contexto, predomina a ideia de que as instituições de educação infantil deveriam ser um local onde apenas mulheres poderiam atuar. Essa feminização da educação infantil tem início com a industrialização e a saída dos homens da sala de aula para as fábricas, devido à baixa remuneração oferecida aos educadores.

De acordo com Tambara *apud* Tanuri (2000, p. 67) “[...] um trabalho que anteriormente era realizado somente por homens, quando se inicia o processo de industrialização, perde a representação masculina em função dos baixos salários, e passa por um processo de feminização”. Outro ponto que pode justificar essa feminização da educação infantil é a ideia de que as crianças serão melhor atendidas por mulheres devido ao seu instinto materno. Para Sarat (2008, p. 7):

Essa inserção das mulheres no trabalho a partir da educação traz uma tradição da concepção de que a educação das crianças pequenas, que atualmente estão na Educação Infantil, poderia ser melhor realizada por mulheres, pois se aproximava da ideia de maternidade. A tarefa de educadora de crianças seria um prolongamento de seu papel como mãe [...].

A ideia anterior, de que há uma concepção em que a educação de crianças pequenas seria melhor realizada por mulheres, pela extensão de seu papel de mãe na educação dos pequenos, também pode ser confirmada por outros autores. Historicamente, “[...] os cuidados e a educação das crianças pequenas vem sendo, em grande parte das culturas, uma atribuição conferida a mulher, carregando assim, as marcas culturais da maternagem, ou seja, as marcas culturais do feminino”. (SAYÃO, [S.d], p. 2).

Ao se afirmar que o aluno da educação infantil receberá um cuidado melhor de uma mulher, por possuir o instinto materno, do que de um homem, desconsidera-se a formação profissional pela qual o indivíduo do sexo masculino passou até chegar a uma instituição de educação infantil. Seguindo esse raciocínio Oriani (2011, p. 8) afirma que:

A Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, representa os primeiros passos da criança para a convivência com o outro e, apesar dos cuidados necessários devido a pouca idade das crianças as escolhas do/a professor/a devem ser pautadas na reflexão de sua atuação e, não na passividade e nos cuidados.

Não é somente o homem pedagogo que possui a sua atuação colocada em dúvida, mas a figura do homem enquanto pai. “Essa ideia de que não é natural trocar fralda foi socialmente construída baseada em uma grande discriminação. É como se o homem, necessariamente, não fosse capaz de cuidar de um bebê, podendo derrubá-lo no chão a qualquer momento”. (VIANNA apud MANDELLI, 2010, p. 1).

Por meio das entrevistas realizadas, e o confronto dessas interpretações com o material bibliográfico levantado, pode-se evidenciar que há o preconceito contra a atuação do indivíduo do sexo masculino que atua em instituições de educação infantil.

O sujeito “A” (2011), diz ter sofrido preconceito atuando como professor de educação infantil, e mesmo sendo diretor de uma instituição, ainda sofre com o preconceito, porém não tanto quanto um segundo indivíduo que atua na mesma instituição e não tem cargo administrativo. Isso demonstra que nem mesmo o fato dele possuir um cargo de chefia, o isenta de sofrer preconceito.

O preconceito é evidenciado também na entrevista com o sujeito B (2011), que também garante ter sofrido preconceito. O preconceito também é evidenciado na fala do sujeito “D” (2011), quando afirma que para ela, sendo mãe, não permitiria deixar a filha na creche aos cuidados de um homem, pois tem medo. Ainda evidencia que cuidar de criança é função de mulher.

Apesar de haver autores como Assis (2000, p. 3) que afirmam que, “a discriminação que o sexo masculino sofre na área é um grande absurdo”, os homens ainda sofrem preconceito e nessa pesquisa ficou evidenciado em todas as entrevistas. O sujeito “E” (2011) também deixa claro o preconceito que possui em relação à atuação masculina na creche ao dizer que “não consigo ver os homens na educação infantil, dando aula em 3º ou 4º series talvez, com crianças pequenas não. É estranho homem na educação infantil, não é lugar para vocês”.

Mesmo sendo acadêmica do segundo ano de pedagogia e ser formada em administração o sujeito “F” (2011) diz “não é de todo descabido a presença do homem em CIEIs, quer dizer nas instituições de ensino, mas nos CIEIs vamos admitir que é meio perturbador, quando esse homem é a pessoa que lida diretamente com os cuidados físicos das crianças”.

Como pode ser percebido, o preconceito em relação a atuação masculina em creches, não é uma exclusividade daqueles que possuem filhos nas creches, mas também de indivíduos que ainda não possuem filhos.

Considerações finais

A partir dessa pesquisa foi possível perceber que o preconceito contra a atuação masculina em centros de educação infantil, é um fenômeno social, com incidência frequente, antagonicamente às ideias e conceitos iniciais apresentados por uma considerável parcela da sociedade.

Por meio de entrevistas realizadas com sujeitos que participam diretamente da educação de crianças, sejam como pais, ou funcionários/as de CIEIs, percebeu-se que o preconceito relatado por homens que atuam na educação de crianças pequenas, foi observado também, nos depoimentos feitos nas outras entrevistas. Esse preconceito ficou evidente na fala de mães que, afirmaram não aceitar que seus filhos sejam cuidados ou educados por um homem.

A partir de leituras minuciosas em alguns textos e artigos de diferentes autores, notou-se que embora eles não tratem especificamente do tema, todos eles, em algum momento de sua pesquisa abordam o preconceito sofrido por indivíduos do sexo masculino que atuam ou atuaram como educadores infantis.

Embora ainda sejam poucos os estudos voltados a esse tema, pode-se obter dos mesmos uma valiosa contribuição para a realização desta pesquisa. Pesquisa como a realizada por Almeida (2002), que destaca a preocupação masculina em relação à educação dos pequenos, e mostra ainda a existência da desconfiança acerca da atuação masculina nos cuidados e na educação de crianças. Os primeiros estudiosos a se preocupar com a questão da educação de crianças, não foram apenas mulheres, mas também homens.

No referencial teórico Sayão (S.d) abordou a atuação do homem na educação e nos cuidados de crianças pequenas, Mandelli (2010) explicitou sobre a importância da presença masculina para a diversidade na educação infantil e Ferreira (2008) apontou que é essencial a presença masculina para uma aprendizagem mais completa, humana e efetiva das crianças.

O preconceito contra a atuação do homem como professor de crianças ficou evidenciado nas entrevistas realizadas durante a pesquisa e foi confirmada pelos autores pesquisados. Dessa maneira considera-se significativo buscar caminhos que venham demonstrar a importância da figura masculina na educação infantil. Ao falar de caminhos, refere-se ao que pode ser realizado de efetivo na luta contra esse fenômeno social, como a elaboração de projetos, a sistematização de palestras, o estreitamento na relação entre pais/responsáveis e os profissionais que atuam na educação infantil, a determinação e auto valorização de homens que atualmente encontram-se na educação de crianças pequenas, entre outros.

Certamente não será essa pesquisa a responsável por conscientizar professores, pais e a sociedade em relação à importância da atuação masculina no desenvolvimento das crianças. Porém espera-se que a partir desse, surjam muitos outros estudos que tratem desse tema, assim como mobilizações de conscientização em relação ao mesmo. Espera-se também que, as instituições de educação infantil, seus profissionais e seus idealizadores, juntos, busquem soluções que venham auxiliar na diminuição desse fenômeno.

Referências

- ALMEIDA, Ordália Alves de. *A educação infantil na história, a história na educação infantil*. 14º. Congresso Brasileiro de Educação Infantil. Mato Grosso do Sul: OMEP/BR/MS. 10 a 13/07/2002.
- ANDRÉ, Marli D. A.; LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- ASSIS, Regina de. A educação infantil dá retorno. *Educação Infantil*, São Paulo, ed. 32. Entrevista concedida a Denise Pellegrini.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Lei das Diretrizes e Bases*. Brasília: MEC, 1996.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. V.1.
- CAMPOS, Míria Izabel; SARAT, Magda. Memórias de infância e identidade de gênero na formação das profissionais na educação infantil. PPGE/UFGD. *Fazendo gênero 8, corpo, violência e poder*. Santa Catarina: UFGD. 25 a 28 de agosto de 2008.
- CERISARA, Beatriz. *Rousseau: a educação na infância*. São Paulo: Scipione, 1990.
- FARIA, Livia Monique de Castro. *Reflexões acerca das questões de gênero no curso pedagogia: licenciatura para educação infantil: modalidade à distância*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/P%C3%B4steres%20em%20PDF/GT23-6302--Int.pdf>> Acesso em: 02 jun. 2011.
- FERREIRA, José Luiz. *Homens ensinando crianças: continuidade-descontinuidade das relações de gênero na escola rural*. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: 2008.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas. 1991.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MANDELLI, Mariana. *Presença masculina ajuda na diversidade, Especialistas apontam que crianças necessitam de referencial paterno*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100215/not_imp511386,0.php> Acesso em: 23 jun. 2010.
- MORAES, Márcia Andréa Soares de; NASCIMENTO, Cristiane Valéria do. *Decroly e a Escola para Vida*. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/per08.htm>> acesso em: 26 out. 2011.
- ORIANI, Valeria Pall. *Direitos humanos e gênero na Educação Infantil: concepções e práticas pedagógicas*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP – Universidade Estadual Paulista. 157f. Marília, 2010. Disponível

- em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/Educacao/Dissertacoes/oriani_vp_me_mar.pdf> Acesso em: 22. jun. 2011.
- TABAGIBA, Ana Paula. *Grupo de trabalho: cultura e educação em direitos humanos*. IV encontro anual da ANDHEP. Espírito Santo: UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 08 a 10 de outubro de 2008.
- TANURI, L. M. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação/ANPED*, n. 14, maio/agosto, 2000.
- SARAT, Magda. *Formação profissional e educação infantil: uma história de contrastes*. Departamento de Pedagogia. Paraná: UNICENTRO, 2001.
- SAYÃO, Deborah Thomé. *Relações de gênero na creche: os homens no cuidado e educação das crianças pequenas*. G.T Educação das crianças de 0 a 6 anos - G.T. 07. Santa Catarina: UFSC, [s.d]. Retirado de: <<http://pt.scribd.com/doc/6740846/O-Papel-Positivo-Do-Homem-Na-Educacao-Das-Crianças>> acesso em: 11 de março de 2011.
- SILVA, Fabiana S; SILVA, Danúbia R. *Pedagogo vocação ou profissão*. IE/UFMT. Mato Grosso: UFMT, [s.d].